

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

11, 12, 13 e 14
Agosto
2017

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Poderes têm redução de gastos com pessoal

Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Espírito Santo conseguiram reduzir gastos com pessoal em julho. A informação está no Painel de Controle de Gastos do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES), que contém os dados referentes às despesas no mês passado.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) reduziu os gastos pela 6ª vez consecutiva, chegando a 5,7% da receita corrente líquida do Estado. Agora, o TJ-ES está entre o limite de alerta e o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — antes o órgão estava entre o limite prudencial e o limite legal.

A gestão austera, com controle de despesas, tem como alvo principal a folha de pagamento, que desde 2015, com a queda na arrecadação do Estado, ultrapassou

os limites previstos em lei.

A maior queda entre junho e julho foi registrada no TJ-ES, que saiu de 5,76% para 5,7%. As menores reduções foram registradas na Assembleia, que saiu de 1,22%, para 1,21%; e no Tribunal de Contas, que reduziu de 0,82% para 0,81%.

No entanto, o TCE-ES, que é presidido por Sérgio Aboudib, é a instituição que está mais “tranquila” em relação as contas, já que é a que aparece mais longe do limite de gastos, que é de 1,3%.

Nenhum órgão avaliado pelo TCE-ES está acima do limite estabelecido pela LRF.

Os dados têm se mostrado positivos para as instituições até porque a receita do Estado tem aumentado. Em julho foi registrada uma receita de R\$ 12,369 bilhões — maior valor dos últimos 12 meses.

LEONE IGLESIAS - 12/05/2017



SÉRGIO ABOUDIB, presidente do Tribunal de Contas, mostra os números

GASTO COM A FOLHA EM JULHO

PODER	PORCENTAGEM	LIMITE LEGAL DA LRF
Estado (todos os órgãos)	53,17%	60%
Poder Executivo	43,7%	49%
Tribunal de Justiça	5,7%	6%
Ministério Público	1,75%	2%
Assembleia Legislativa	1,21%	1,7%
Tribunal de Contas	0,81%	1,3%

FONTE: DADOS DO PAINEL DE CONTROLE DE GASTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS.

Prisão para policiais que levavam maconha

Juíza converteu prisão em flagrante em preventiva, pois os 2 policiais civis e o PM podem atrapalhar as investigações do caso

Jéssica Cardoso

A juíza Raquel de Almeida Valinho decretou na manhã de ontem, que os três policiais, dois civis e um militar, flagrados transportando 350 quilos de maconha, na Serra, continuem presos preventivamente.

A decisão ocorreu durante audiência de custódia, às 9 horas, em Viana. Os servidores foram presos durante uma operação da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes

(Deten), na madrugada de terça-feira, quando a equipe estava em diligência para prender traficantes e apreender a droga.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) mantém a decisão de não divulgar os nomes dos envolvidos para não atrapalhar as investigações. Entretanto, os dados estão disponíveis no site do Tribunal de Justiça (TJ-ES). Em respeito ao trabalho de investigação os nomes dos acusados não estão sendo divulgados.

Na decisão da magistrada consta que "em relação aos policiais autuados, verifica-se que os mesmos deixaram de observar todo o procedimento que deve ser adotado em caso de ocorrências e foram flagrados supostamente transportando e escoltando grande quantitativo de entorpecentes", diz o documento.

Foi observado pela juíza que se

os policiais fossem colocados em liberdade, poderiam influenciar na investigação, intimidar testemunhas, além da conduta de extrema gravidade e grande repercussão social, atribuídas aos investigados.

"Entendo que a custódia cautelar dos autuados deve ser mantida, vez que, caso postos em liberdade, restará comprometida a garantia da ordem pública, haja vista a periculosidade concreta de suas condutas, bem como, visando garantir a instrução processual e a aplicação da Lei Penal. Convento a prisão em flagrante dos autuados em prisão preventiva", decidiu a juíza.

O advogado do PM, Felipe Campos, disse ir verificar a decisão. Já o advogado dos policiais civis, Luiz Alfredo de Souza, informou que vai solicitar ao delegado do caso mais diligências para comprovar que não houve crime de seus clientes.



CARREGAMENTO de maconha apreendido com policiais tinha 350 quilos

FLAGRADOS COM 350 KG DE DROGA

Justiça mantém prisão de policiais

Continuam presos os dois policiais civis e o policial militar flagrados com outras três pessoas com 350 kg de maconha. A prisão por tráfico de drogas e associação ao tráfico foi convertida em prisão preventiva em audiência de custódia ontem.

Desde a prisão, as Corregedorias da PC e PM, além

da Secretaria de Estado da Segurança Pública, não divulgaram os nomes dos envolvidos. Mas a reportagem confirmou a identidade dos policiais após consulta à audiência de custódia, no site do Tribunal de Justiça.

Os PCs são Fábio Barros Kiefer, da Delegacia de Crimes Contra a Vida de Vila Ve-

lha, e Paulo Augusto Xavier da Costa, da Divisão de Promoção Social. O PM é o soldado Jhonny Cau Pereira, da 3ª Companhia do 7º Batalhão de Cariacica. Os outros envolvidos são Carlos Eduardo de Jesus Pereira, o Paulista, que estava sendo investigado, Edivan Gonçalves de Souza e a mulher dele,

Pamela Pereira dos Santos.

Os policiais disseram que estavam investigando a organização criminosa, apreenderam a droga por conta própria e estavam levando o material e os suspeitos à delegacia. A juíza afirmou que se os policiais forem libertos, poderão interferir na investigação processual.

Justiça determina prisão de policiais apreendidos com drogas

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/08/15024810631746113448.html>

CRIME FOI EM 2006

Policial civil e ex-deputado é preso por tentar matar a mulher

Elson de Oliveira Batista, o Cabo Elson, atirou três vezes contra a esposa durante briga

▲ NATÁLIA BOURGUIGNON
nbourguignon@redgazeta.com.br

O ex-deputado estadual e policial civil Elson de Oliveira Batista, conhecido como Cabo Elson, foi preso ontem por ordem da Justiça. Ele tinha um mandado de prisão em aberto desde a última sexta-feira por tentar matar a esposa. O crime aconteceu em 2006.

Na época, então policial militar (hoje está na reserva) e exercendo mandado na Assembleia Legislativa, Elson atirou contra a esposa em uma rua do bairro Bela Aurora, Cariacica. O crime aconteceu no dia 28

de outubro de 2006. A vítima conseguiu correr e não foi atingida.

Ele foi julgado em 11 de fevereiro de 2015 e condenado a cinco anos e quatro meses de prisão em regime semiaberto, em que o detento dorme na cadeia, mas pode sair para trabalhar durante o dia. No entanto, o trânsito em julgado só aconteceu em maio deste ano.

A defesa do cabo Elson foi feita pelo advogado Ademir José da Silva, da equipe jurídica do Sindicato dos Policiais Civis do Espírito Santo (Sindipol). Segundo ele, a defesa prepara uma ação revisional para que a sentença dada ao policial seja revista. "Estamos preparando um recurso e acre-



Elson de Oliveira Batista é investigador da Polícia Civil

ditamos na reversão dessa decisão", afirmou.

O CRIME

Na época atuando como deputado, Elson efetuou três disparos contra a esposa durante uma briga. Ele estava em um Astra, pertencente à Assembleia Legislativa. Nenhum tiro acertou a vítima, mas ela registrou uma ocorrência contra o marido.

Em depoimento à Polícia Civil, ela relatou que trabalhava em uma locadora de vídeo. No dia do crime, cabo Elson telefonou para a locadora perguntando a que horas a mulher iria para casa. A esposa respondeu que não poderia ser naquele instante, pois

ainda havia clientes na loja.

Diante da resposta, o deputado então desligou o telefone, foi à locadora, muito nervoso, e ordenou que a mulher entrasse no carro. Diante da recusa da mulher, ele a puxou pelos cabelos e ela gritou.

O deputado a ameaçou, dizendo que ela iria se arrepender. Em seguida, saiu com o veículo, foi em casa e pegou um revólver.

Vendo que ele iria atirar, a mulher correu em ziguezague. Ele efetuou três tiros na direção dela, mas a mulher conseguiu escapar. A vítima correu pela rua e se escondeu em um beco. Lá, conseguiu chamar um táxi e seguiu até a delegacia.

Ex-deputado preso por tentar matar a mulher

A polícia prendeu na tarde de ontem o ex-deputado estadual Elson de Oliveira Batista, o Cabo Elson, depois que a Justiça expediu uma ordem de prisão contra o acusado, que também é investigador da Polícia Civil, pela tentativa de assassinato da mulher dele.

Cabo Elson foi condenado a cinco anos e quatro meses de prisão, em regime semiaberto.

CRIME

Cabo Elson foi condenado no dia 11 de fevereiro de 2015, pelo Tribunal do Júri, em Cariacica, por tentar mata a mulher há 11 anos. Na época, Cabo Elson era deputado estadual.

Segundo a Justiça, no dia 28 de outubro de 2006, no bairro Bela Aurora, em Cariacica, Cabo Elson atirou na direção da mulher, que conseguiu fugir, sem ser atingida.

Ele chegou a ser condenado em

primeira instância, mas recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), que manteve a sentença.

Em 11 de julho deste ano, a juíza Eliana Ferrari Siviero, da 4ª Vara Criminal de Cariacica, expediu mandado de prisão, que foi cumprido ontem.

A defesa do deputado vai pedir revisão da sentença.



CABO ELSON é ex-deputado

Militar é considerado culpado em inquérito

O comandante-geral da Polícia Militar do Estado, coronel Nylton Rodrigues, considerou o ex-chefe do Comando de Polícia Ostensiva da Região Sul (CPO Sul), tenente-coronel Alexandre Quintino Moreira, culpado de incentivar militares durante a greve da PM, em fevereiro deste ano.

ARQUIVO/AT



TENENTE-CORONEL Quintino

Alexandre Quintino Moreira foi considerado inocente ao final do Inquérito Policial Militar (IPM). A decisão está no Boletim Geral da PM, publicado ontem.

Segundo o documento, o encarregado do IPM, coronel Alessandro Marin, concluiu que o tenente-coronel Quintino não teve participação em crimes militares.

Entretanto, o comandante-geral, que tem a palavra final, disse “discordar do relatório e parecer do oficial encarregado do IPM”, pois existe prova “suficiente que atesta autoria e materialidade de prática de crime militar, independente da versão do acusado”.

Durante a greve, o tenente-coronel afirmou: “A minha panela está vazia, assim como a panela do cabo está vazia, o nosso salário está defasado, isso é uma verdade”.

Agora a decisão será encaminhada à Vara da Auditoria da Justiça Militar, para que o Ministério Público Estadual Militar ofereça denúncia ou não contra o tenente-coronel Quintino.

Estado tem 1.504 pessoas presas por crimes sexuais

Delegado acredita que do total de detentos, pelo menos 700 deles cumprem pena pelo crime de estupro

Leone Oliveira

Pela prática de crimes sexuais, 1.504 pessoas estão presas no Estado atualmente, segundo dados da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus). Boa parte desses detentos estão na Penitenciária Estadual de Vila Velha 5 (PEVV-V), localizada no Complexo Penitenciário de Xuri.

As prisões por esses crimes aumentaram nos últimos dois anos. Segundo a Sejus, no ano passado, havia 1.417 presos por crimes sexuais, enquanto que em 2015, o número era de 1.172.

A PEVV-V foi criada em agosto de 2011, com capacidade prevista de 580 vagas, de acordo com dados fornecidos pela Sejus e pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2015.

Fontes ligadas ao sistema penitenciário informaram que o presídio conta com três galerias e um setor de triagem de presos.

Segundo essas fontes, além dos presos por crimes sexuais, a unidade ainda comporta acusados de crimes de pistolagem e os que correm risco de ficarem com presos comuns, por exemplo ex-policiais e ex-inspetores penitenciários, que são chamados presos do seguro.

Homossexuais que foram presos por outros crimes também possuem celas separadas na unidade.

A Sejus não deu detalhes do número de presos por cada tipo de crime sexual. No entanto, o titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, estima que, pelo mais de 700 desses internos estão presos por estupro tanto de menores de idade quanto de adultos. "Acredito que, pelo menos, 700 desses presos sejam por estupro de vulnerável", disse.

A titular da Delegacia Especiali-



DETENTOS DA PEVV 5, no Complexo Penitenciário de Xuri, durante atividade religiosa: presídio foi criado em 2011

zada em Atendimento à Mulher de Viana, delegada Tânia Zanoli, explicou que, normalmente, o estuprador aborda as vítimas na rua.

"Eles atuam em locais ermos ou em que tenham convicção de que a vítima está sozinha. Há casos em que o estuprador se passa por vendedor para entrar na casa da vítima", esclareceu Zanoli.

E completou: "As denúncias são importantes. Sem elas, não temos como instaurar inquérito e pedir a prisão do autor para que ele pague pelo que fez. Estupro é crime hediondo e inafiançável".

OS NÚMEROS

580 vagas

tem a penitenciária onde ficam presos por crimes sexuais

3 galerias

e um setor de triagem compõem a estrutura do presídio

Polícia já prendeu 50 estupradores este ano

O titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, afirmou que 50 acusados de estupro de vulnerável foram presos este ano por sua equipe.

Esse número é quase o total de prisões em todo ano de 2016, quando a unidade de polícia prendeu 60 acusados por esse crime.

"Acredito que mais um mês e a gente bate o número de prisões do ano passado", afirmou Pazolini.

Segundo ele, cerca de três mil inquéritos estão sendo apurados pela delegacia, sendo que 70% deles são de estupro de vulnerável.

"A mulher já foi vista como objeto de posse do homem e a criança do sexo feminino acaba sendo englobada nisso também. Esse comportamento está mudando, gradativamente, mas ainda se reflete nes-

ses índices de crimes", analisou.

Outro fator citado por ele é o estímulo a pornografia, que é um efeito colateral da difusão da internet.

Segundo ele, os abusadores, geralmente, são homens, têm entre 25 e 45 anos, são familiares ou amigos da família da vítima. "Na maioria dos casos, eles não ingressam na residência pulando muro, quebrando cadeado ou derrubando portão", disse.

Pazolini destacou que é importante fazer um trabalho com a vítima para que ela não fique esquecida pelo Estado e também com o abusador, para evitar a reincidência.

"Esperamos que seja feito um trabalho com esse interno, pois se ele não receber um atendimento psicossocial, assim que receber a liberdade, poderá voltar a estuprar outras crianças".

3,8 MIL DEVEDORES PERDEM CARRO E CASA NO ESTADO

Bens com prestações atrasadas foram apreendidos pela Justiça

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

Com prestações do carro ou da casa própria atrasadas, consumidores vivem a realidade de perderem os bens para quitar as dívidas com bancos. Entre janeiro e julho deste ano, 3.855 inadimplentes, segundo levantamento do Tribunal de Justiça do Estado, foram alvo de ações de busca e apreensão ou já tiveram essas propriedades retomadas pelos agentes financeiros.

Esse número equivale, com base numa conta simples, à devolução de pelo menos 18 bens por dia aos credores, que têm agido rápido para recuperar os produtos vendidos a prazo e que não foram pagos.

Para perder um veículo, por exemplo, basta um mês sem pagar. "Os bancos estão agindo rápido e, em 15 dias após a abertura do processo, o bem já é apreendido. Em menos de seis meses, a Justiça encerra o caso e o produto financiado vai à leilão", explica o juiz Marcelo Pimentel, que atua na 10ª Vara Cível de Vitória.

Desde 2015, o número de processos envolvendo débitos em financiamentos vem crescendo. Na-



Pátio com carros para serem leiloados: para perder o veículo, basta um mês sem pagar a parcela

quele ano, foram 7.063 casos e passou para 7.265 em 2016. O endividamento excessivo, causado pela falta de planejamento, é um dos motivos. Mas a queda na renda do trabalhador e o desemprego contribuíram para que o cenário piorasse, tornando ainda mais comum esse tipo de demanda judicial.

Pimentel afirma que a maioria das cobranças

AGILIDADE

"Os bancos estão agindo rápido e, em 15 dias após a abertura do processo, o bem já é apreendido"

MARCELO PIMENTEL
JUIZ

tem relação com o não pagamento das parcelas de veículos, como automóveis, motos, tratores, aviões e até lanchas. "É muito comum comprar um carro sem uma programação financeira, sem ter visto que faltava possibilidade de arcar com as mensalidades. Os bancos hoje não esperam muito tempo para tentar

recuperar o produto por causa da falta de pagamento. Nesse tipo de situação, não existe mais morosidade", explica Pimentel, ao acrescentar ainda que o pedido de retomada de imóveis é o segundo maior motivo de ações contra inadimplentes.

O magistrado explica que o processo para retomada, no entanto, é um pouco diferente no caso de

imóveis, demorando quase um ano para a devolução da propriedade à instituição financeira.

Independente do tipo de bem, se a dívida for menor do que vale o produto a ser ofertado no mercado, a diferença conquistada no leilão será repassada pelo banco ao consumidor. Quando a conta é maior do que o preço conquistado, o devedor ainda continuará em débito com o credor.

FARRA DO CRÉDITO

Estudo da Federação do Comércio (Fecomércio) mostra que entre as famílias inadimplentes em Vitória, 3,7% não quitaram as prestações do carro e 1% não pagaram as parcelas do financiamento habitacional.

O presidente da instituição, José Lino Sepulcri, conclui que esse atraso nos pagamentos é herança da farrá do crédito que ocorreu em anos anteriores à crise econômica. Com muitas facilidades para comprar carro e moradia, devido à redução nos juros e prolongamento dos prazos, os consumidores fizeram dívidas altas sem ter condições de mantê-las depois.

Recorde de famílias com contas atrasadas

Embora o índice de endividamento das famílias de Vitória tenha apresentado uma tímida redução entre junho e julho deste ano (de 76% para 75,5%), por outro lado, o percentual de consumidores inadimplentes tem subido de forma preocupante.

Estudo da Fecomércio revela que a proporção de famílias com contas

atrasadas passou de 47,1% em junho para 54,6% em julho, crescimento de 7,5 pontos percentuais. O indicador atingiu o maior nível desde quando o estudo foi iniciado em 2010.

Segundo a pesquisa, entre as pessoas que estão com as contas atrasadas, 7,4% não terão condições de liquidar os compromissos financeiros.

Um dado curioso é que, apesar da queda no percentual de famílias endividadas, cresceu o percentual de pessoas que têm recorrido às modalidades de crédito que apresentam os juros mais altos.

No caso do cartão de crédito por exemplo, entre junho e julho passou de 44,9% para 59,6%, uma expansão de 14,7 pontos percentuais. Já no cheque especial, a proporção aumentou de 20,7% para 31,3%, no período, aumento de 10,6 pontos percentuais.

PERFIL

ENDIVIDAMENTO

Em julho, 75,5% das famílias de Vitória afirmaram estar endividadas, o que representa pouco mais de 96 mil famílias.

O percentual de endividamento ficou 0,5 pontos percentuais abaixo do registrado no mês anterior e 10,5 p.p. acima do que em julho de 2016.

RECORDE

Do total de famílias de Vitória, 54,6% estão inadimplentes, uma alta de 7,5 p.p. em relação a junho.



Esse percentual, que vem subindo desde maio, atingiu novo nível máximo, representando o maior registrado desde 2010.

0 percentual das famílias que afirmaram que não terão condições

de pagar suas dívidas em atraso também cresceu na passagem de junho a julho, para 7,4%.

CARTÃO E CHEQUE

Desde junho, notou-se que as famílias voltaram a recorrer às duas modalidades de crédito com juros mais caros: cartão de crédito e cheque especial. Em julho o cartão voltou ao topo da lista como o principal tipo de dívida das famílias.

Fonte: Peic, CNC e Fecomércio-ES

3,8 mil devedores perdem carro e casa no Espírito Santo

Bens com prestações atrasadas foram apreendidos pela Justiça

Com prestações do carro ou da casa própria atrasadas, consumidores vivem a realidade de perderem os bens para quitar as dívidas com bancos. Entre janeiro e julho deste ano, 3.855 inadimplentes, segundo levantamento do Tribunal de Justiça do Estado, foram alvo de ações de busca e apreensão ou já tiveram essas propriedades retomadas pelos agentes financeiros.

Esse número equivale, com base numa conta simples, à devolução de pelo menos 18 bens por dia aos credores, que têm agido rápido para recuperar os produtos vendidos a prazo e que não foram pagos.

Para perder um veículo, por exemplo, basta um mês sem pagar. “Os bancos estão agindo rápido e, em 15 dias após a abertura do processo, o bem já é apreendido. Em menos de seis meses, a Justiça encerra o caso e o produto financiado vai à leilão”, explica o juiz Marcelo Pimentel, que atua na 10ª Vara Cível de Vitória.

Desde 2015, o número de processos envolvendo débitos em financiamentos vem crescendo. Naquele ano, foram 7.063 casos e passou para 7.265 em 2016. O endividamento excessivo, causado pela falta de planejamento, é um dos motivos. Mas a queda na renda do trabalhador e o desemprego contribuíram para que o cenário piorasse, tornando ainda mais comum esse tipo de demanda judicial.

Pimentel afirma que a maioria das cobranças tem relação com o não pagamento das parcelas de veículos, como automóveis, motos, tratores, aviões e até lanchas. “É muito comum comprar um carro sem uma programação financeira, sem ter visto que faltava possibilidade de arcar com as mensalidades. Os bancos hoje não esperam muito tempo para tentar rever o produto por causa da falta de pagamento. Nesse tipo de situação, não existe mais morosidade”, explica Pimentel, ao acrescentar ainda que o pedido de retomada de imóveis é o segundo maior motivo de ações contra inadimplentes.

O magistrado explica que o processo para retomada, no entanto, é um pouco diferente no caso de imóveis, demorando quase um ano para a devolução da propriedade à instituição financeira.

Independente do tipo de bem, se a dívida for menor do que vale o produto a ser ofertado no mercado, a diferença conquistada no leilão será repassada pelo banco ao consumidor. Quando a conta é maior do que o preço conquistado, o devedor ainda continuará em débito com o credor.

FARRA DO CRÉDITO

Estudo da Federação do Comércio (Fecomércio) mostra que entre as famílias inadimplentes em Vitória, 3,7% não quitaram as prestações do carro e 1% não pagaram as parcelas do financiamento habitacional.

O presidente da instituição, José Lino Sepulcri, conclui que esse atraso nos pagamentos é herança da farra do crédito que ocorreu em anos anteriores à crise econômica. Com muitas facilidades para comprar carro e moradia, devido à redução nos juros e prolongamento dos prazos, os consumidores fizeram dívidas altas sem ter condições de mantê-las depois.

RECORDE DE FAMÍLIAS COM CONTAS ATRASADAS

Embora o índice de endividamento das famílias de Vitória tenha apresentado uma tímida redução entre junho e julho deste ano (de 76% para 75,5%), por outro lado, o percentual de consumidores inadimplentes tem subido de forma preocupante.

Estudo da Fecomércio revela que a proporção de famílias com contas atrasadas passou de 47,1% em

junho para 54,6% em julho, crescimento de 7,5 pontos percentuais. O indicador atingiu o maior nível desde quando o estudo foi iniciado em 2010.

Segundo a pesquisa, entre as pessoas que estão com as contas atrasadas, 7,4% não terão condições de liquidar os compromissos financeiros.

Um dado curioso é que, apesar da queda no percentual de famílias endividadadas, cresceu o percentual de pessoas que têm recorrido às modalidades de crédito que apresentam os juros mais altos.

No caso do cartão de crédito por exemplo, entre junho e julho passou de 44,9% para 59,6%, uma expansão de 14,7 pontos percentuais. Já no cheque especial, a proporção aumentou de 20,7% para 31,3%, no período, aumento de 10,6 pontos percentuais.

PERFIL

Endividamento

Em julho, 75,5% das famílias de Vitória afirmaram estar endividadadas, o que representa pouco mais de 96 mil famílias. O percentual de endividamento ficou 0,5 pontos percentuais abaixo do registrado no mês anterior e 10,5 p.p. acima do que em julho de 2016.

Recorde

Do total de famílias de Vitória, 54,6% estão inadimplentes, uma alta de 7,5 p.p. em relação a junho. Esse percentual, que vem subindo desde maio, atingiu novo nível máximo, representando o maior registrado desde 2010.

O percentual das famílias que afirmaram que não terão condições de pagar suas dívidas em atraso também cresceu na passagem de junho a julho, para 7,4%.

Cartão e cheque

Desde junho, notou-se que as famílias voltaram a recorrer à duas modalidades de crédito com juros mais caros: cartão de crédito e cheque especial. Em julho o cartão voltou ao topo da lista como o principal tipo de dívida das famílias.

PROMOÇÃO

Réu por tortura, delegado vira subsecretário de Inteligência

José Monteiro Junior foi promovido no dia 1º. Ele é acusado de torturar presos

de BRUNO DALVI

A Justiça estadual tem nas mãos a missão de dar desfecho a um caso que começou há exatos 14 anos e permanece sem conclusão. Além do tempo em que se arrasta, a história chama atenção porque um dos réus, acusado de torturar presos, foi promovido em 1º de agosto deste ano a um cargo público estratégico: é José Monteiro Junior, delegado civil, e atual subsecretário estadual de Inteligência.

Antes de assumir a subsecretaria, ele coordenava o Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção (Nuroc).

Monteiro e outros sete policiais civis viraram réus em processo criminal que apura a participação deles na tortura de presos.

De acordo com a denúncia, assinada pelo promotor Maxwell Miranda Araujo, os crimes teriam ocorrido nos meses de julho e agosto de 2003.

O caso começou a ser investigado em fevereiro de 2004. Somente 11 anos depois o Ministério Público Estadual ofereceu denúncia à Justiça - a ação foi protocolada em abril de 2015.

Um mês depois, a Justiça aceitou a denúncia. Os réus se defenderam e, desde dezembro, o processo ficou pronto para a 10ª Vara Criminal de Vitória marcar a audiência e dar andamento.

De acordo com o Ministério Público, em julho e agosto de 2003, na Divisão de Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio da Polícia Civil, o então delegado Monteiro e outros sete policiais civis "constrangeram, mediante violência, a intenso sofrimento físico e mental" presos a confessarem a

BERNARDO COUTINHO



Subsecretário José Monteiro Junior comandava o Nuroc

DURAÇÃO

14

anos

É há quanto tempo se arrasta o processo contra o delegado.

prática de crimes investigados naquela unidade.

No local, foram apreendidos objetos que posteriormente as vítimas reconheceram como tendo sido usados nas agressões, segundo o promotor.

De acordo com a denúncia, os presos passaram por exames de lesões corporais. O laudo comprovou "ofensa à integridade física" de três presos. E um deles reconheceu os policiais como torturadores.

OUTRO LADO

O Tribunal de Justiça não

respondeu se a 10ª Vara Criminal de Vitória tem previsão para marcar audiência e anunciar a sentença. Disse apenas que "será dado andamento ao processo conforme o trâmite normal".

O Ministério Público Estadual foi procurado para explicar porque demorou para oferecer denúncia à Justiça e informou que "em razão da troca de sistema de informática a partir de 2013/2014, não é possível verificar o andamento anterior do caso".

A Secretaria Estadual de Segurança não explicou porque promoveu o delegado. Disse que ele é um funcionário "exemplar", de "confiança", e não praticou os atos de tortura. "Os autos não possuem comprovação da participação do delegado José Monteiro Junior no ocorrido, muito menos laudos periciais que determinam se houve tortura dos denunciante."

Acusado de tortura, delegado vira subsecretário de inteligência do ES

Promotor diz que José Monteiro Junior e sete policiais torturaram presos para confessarem crimes em 2003. Caso se arrasta há 14 anos, sem previsão de desfecho

A Justiça estadual tem nas mãos a missão de dar desfecho a um caso que começou há exatos 14 anos e permanece sem conclusão. Além do tempo em que se arrasta, a história chama a atenção porque um dos réus, acusado de torturar presos, foi promovido em primeiro de agosto deste ano a um cargo público estratégico: é José Monteiro Junior, delegado civil, e atual subsecretário estadual de Inteligência.

Antes de assumir a subsecretaria, ele coordenava o Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção (Nuroc) - um órgão da Secretaria de Segurança Pública que comanda investigações importantes, com prerrogativa de solicitar, inclusive, quebras de sigilos telefônicos, bancários e fiscais.

Hoje, além do Nuroc, estão sob a gestão de Monteiro outras atividades de inteligência na área da segurança.

Monteiro e outros sete policiais civis viraram réus em processo criminal que apura a participação deles em tortura de presos. De acordo com a denúncia, assinada pelo promotor Maxwell Miranda Araujo, os crimes teriam ocorrido nos meses de julho e agosto de 2003.

O caso começou a ser investigado em fevereiro de 2004, quando a Promotoria Criminal solicitou a abertura de inquérito. Chama atenção que somente 11 anos depois o Ministério Público Estadual ofereceu denúncia à Justiça — a ação foi protocolada em abril de 2015.

Um mês depois, a Justiça aceitou a denúncia diante dos indícios de autoria e materialidade do crime de tortura e notificou os denunciados de que haviam se tornado réus.

Eles se defenderam e, desde dezembro de 2016, o processo ficou pronto para a 10ª Vara Criminal de Vitória marcar a audiência e dar andamento ao caso.

A DENÚNCIA

De acordo com o Ministério Público, em julho e agosto de 2003, na Divisão de Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio da Polícia Civil, o então delegado Monteiro e outros sete policiais civis “constrangeram, mediante violência, a intenso sofrimento físico e mental José Santos de Souza, Alexcsand Mezeses de Araújo, Valdecir Raiz, Roberto Santos da Costa, Maurício Carlos Santos da Silva e Vagner Dias Lins, a confessarem a prática de crimes investigados naquela unidade”.

No local foram apreendidos objetos que posteriormente as vítimas reconheceram como tendo sido usados nas agressões, segundo o promotor.

Entre os itens, tinham fios elétricos soltos (utilizados nos choques); um pé de chuteira em péssimo estado de conservação (usado para pisar nos torturados); um cabo de espingarda de fabricação caseira (usado para desferir coronhadas nas vítimas); e um travesseiro (para abafar os gritos e urros dos torturados). Os itens foram reconhecidos pelas vítimas.

De acordo com a denúncia, os presos passaram por exames de lesões corporais. O laudo comprovou “ofensa à integridade física” de Jacó Santos de Souza, Alexcsand Menezes de Araújo e Roberto Santos da Costa.

Já os laudos dos exames feitos em Maurício Carlos Santos e Valdecir Raiz foram “inconclusivos”.

A denúncia afirma ainda que a vítima Jacó Santos de Souza reconheceu os policiais agressores, entre eles, José Monteiro Junior.

OUTRO LADO

O Tribunal de Justiça não respondeu se a 10ª Vara Criminal de Vitória tem previsão para marcar audiência e anunciar a sentença. Disse apenas que “será dado andamento ao processo conforme o trâmite normal da Vara”.

O Ministério Público Estadual foi procurado para explicar porque demorou 11 anos para oferecer denúncia à Justiça e informou que “em razão da troca de sistema de informática a partir de 2013/2014, não é possível verificar o andamento anterior do caso”.

O MP-ES disse, ainda, que “melhores esclarecimentos sobre as medidas adotadas e tempo decorrido podem ser verificados perante a delegacia especializada”. Só não informou em qual delegacia.

A Secretaria Estadual de Segurança não explicou por que promoveu o delegado. Disse que ele é um funcionário “exemplar”, de “confiança”, e não praticou os atos de tortura denunciados pelo Ministério Público.

“O processo tramita no judiciário, dentro de seu percurso, atendendo o que estabelece a lei. Os autos não possuem comprovação da participação do delegado José Monteiro Junior no ocorrido, muito menos laudos periciais que determinam se houve tortura dos denunciantes. Considerando que não há condenação, o delegado continua desempenhando suas funções como subsecretário, tendo ocupado a superintendência de polícia especializada, sendo servidor de carreira exemplar e tendo a confiança do secretário”.

O subsecretário de Inteligência José Monteiro Junior também foi procurado, mas ainda não se manifestou.

DETALHAMENTO DA DENÚNCIA DE TORTURA POR VÍTIMA**Jacó dos Santos de Souza**

No dia 20 de agosto de 2003 foi agredido pelos denunciados na cabeça com o encosto de uma cadeira; nos pés com um instrumento conhecido como Catarina (um pedaço de madeira com uma borracha na ponta como uma espécie de palmatória) quando foi golpeado 96 vezes; nas costas com um cabo de espingarda; na parte externa de sua coxa direita; e teve ainda uma sacola colocada em sua cabeça, ocasião em que também era estrangulado.

Alexcsand Menezes de Araujo

Agredido pelos denunciados com chutes, socos e pontapés, e, por ocasião de seu depoimento perante o promotor-chefe da Promotoria Criminal de Vitória à época, apresentava marca de lesões nas costas.

Valdecir Raiz

Agredido com quatro golpes de “Catarina” em cada um dos pés, com o cabo de espingarda de madeira. Em outra oportunidade teve um bolo de papel higiênico colocado em sua boca, local onde ainda foi passada uma fita adesiva para impedir a respiração via oral. Ele foi também agredido com um objeto que fez às vezes de “chicote” e teve aplicados em seus testículos choques elétricos.

Vagner dias Lins

Teve os pés e mãos marcados por agressões.

Roberto Santos da Costa

Quando prestou ao Promotor-chefe Criminal de Vitória apresentava marcas de lesões próximas a seu cotovelo esquerdo, alegava estar com o peito inchado em razão das agressões e possuía lesões nas pernas provocadas por algemas. Foi agredido com socos na nuca, três tapas no rosto quando preso. Foi ainda submetido ao “pau de arara”, quando teve um objeto que acreditou ser uma bala de fuzil introduzida em seu ânus, e a choques elétricos nos testículos, que eram molhados com água para potencializar o choque. Ainda foi agredido com cabo de espingarda e em outra seção de “pau de arara” teve inserido em sua boca um bolo de papel higiênico, sendo passada fita adesiva por cima.

Maurício Carlos Santos Silva

Foi agredido com instrumento conhecido como “Catarina” na cabeça, nos pés e nas nádegas a fim de que confessasse a prática de roubos ocorridos em Cariacica.

Nota do SINDEPES e da ADEPOL

“O Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Espírito Santo – SINDEPES e a Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Espírito Santo - ADEPOL/ES, vêm, por intermédio de seu presidente que subscreve este manifesto, apoiar a nomeação do Delegado de Polícia Dr. José Monteiro Júnior para o cargo de Subsecretário de Estado de Inteligência e esclarecer as polêmicas veiculadas na mídia que estigmatizaram de modo acusatório o referido delegado de polícia, vinculando criticamente sua nomeação para cargo a qual possui notória experiência com uma acusação de tortura ainda em fase processual inaugural.

Inicialmente cumpre destacar que o Dr. José Monteiro Júnior por anos trabalha na estrutura de inteligência da Secretaria de Segurança Pública, inclusive tendo ocupado por anos a chefia da Subsecretaria de Inteligência até recentemente. Sua nova designação para tal setor contempla sua grande experiência no segmento de inteligência policial e os relevantes trabalhos prestados em tal esfera no Estado do Espírito Santo.

Ademais, é paradoxal invocar-se este procedimento criminal lavrado em seu desfavor e de outros policiais civis quando se sabe que tal expediente encontra-se em fase inicial no âmbito processual, sequer tendo havido a oportunidade de o Delegado de Polícia apresentar suas alegações que venham a atestar a sua inocência no curso do legítimo exercício do contraditório e da ampla defesa, princípios constitucionais assegurados para qualquer indivíduo, ressalte-se.

Lamentavelmente na realidade atual de nosso país há uma deplorável inversão de valores, em que se tolera e banaliza seletivamente as piores transgressões materializadas nas condutas mais vis a qualquer senso de justiça em detrimento de estigmas acusatórios direcionados para certas categorias sociais, notadamente integrantes das categorias policiais, os quais corriqueiramente se vêem investigados ou acusados a partir de convenientes represálias por aqueles incomodados com uma persecução penal rigorosa que confronte a impunidade recorrente neste país.

Não se quer aqui sob nenhuma hipótese legitimar a prática de tortura ou de quaisquer abusos; ao contrário, a coletividade dos delegados de polícia (inclusive o próprio Dr. José Monteiro Júnior) não compactua com estes tipos de diligências no curso de uma investigação, até porque se mostram criminosas na essência, bem como improdutivas e ineficazes quanto aos fins almejados. Todavia salta os olhos estigmatizar-se a reputação pessoal e profissional de um profissional não avaliado em sua experiência ou em sua técnica, mas a partir de um processo mal iniciado e que pode vir a ter um desfecho esclarecedor de sua inocência. Tragicamente, deve a sociedade inclusive ter ciência de que tal cenário é mais comum do que se imagina, posto que ser policial no Brasil atualmente significa sofrer variadas represálias no curso de uma atuação interventiva frente ao crime, tal como se observa até mesmo em grandes operações de enfrentamento a organizações criminosas.

Por fim, frisamos que o departamento jurídico do SINDEPES está mobilizado inteiramente à disposição do Dr. José Monteiro Júnior e que estamos acompanhando sua tramitação regular e em respeito aos seus direitos constitucionais. Para aqueles que eventualmente se satisfaçam com estas veiculações direcionadas contra o Delegado de Polícia José Monteiro Júnior por motivos obscuros, vale uma reflexão: nada mais enganoso e vil que o uso do moralismo como meio de retaliação; jogar levianamente com a Justiça é um ato de desserviço ao próprio espírito da moralidade”.

Rodolfo Laterza - presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Espírito Santo - SINDEPES e da ADEPOL/ES

Réu por tortura, delegado é promovido e vira subsecretário de inteligência do ES

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/reu-por-tortura-delegado-e-promovido-e-vira-subsecretario-de-inteligencia-do-es/6070947/>

FOLHA DE PESSOAL

Decisões judiciais e benefícios permitem superar limite legal

Procuradores têm teto diferenciado; férias, 13º e aposentadoria elevam vencimentos

▲ **BIANCA VAILANT**
▲ **RONDINELLI TOMAZELLI**

As Prefeituras da Serra e de Vitória ressaltam que valores brutos superiores ao salário do prefeito decorrem de direitos indenizatórios, aposentadorias e decisões judiciais a favor de servidores, entre outros fatores.

“Uma decisão de 2013 reconhece que o teto dos procuradores do município é correspondente ao dos desembargadores do Tribunal de Justiça (R\$ 30.471,11). Nos vencimentos, também está incluída uma comissão no valor de R\$ 2.663,82”, diz a Serra. A prefeitura ainda ressalta que a maioria dos casos apontados com “remuneração bruta” acima do salário do prefeito inclui itens atípicos no pagamento mensal, como adiantamento de 13º salá-

rio (pago no mês do aniversário), férias, 1/3 de férias e diferença de 1/3 de férias.

O caso de uma servidora que recebeu a maior quantia registrada no semestre na Serra, de R\$ 66 mil, deve-se ao fato de ter sido exonerada em dezembro de 2016. Por ter acumulado cargos, em março ela teve de devolver ao município todo o valor.

“Há casos em que foram pagas as diferenças salariais de meses anteriores. Outros servidores recebem abono-permanência, que também não entra para o redutor constitucional”, explica a prefeitura. Além disso, pagou-se verbas indenizatórias de exoneração, que somam férias, 1/3 de férias e 13º proporcionais.

Segundo a administração da Capital, funcionários ultrapassaram a linha de corte do salário do prefeito porque receberam direitos trabalhistas em decorrência de aposentadoria ou de desligamento. Tam-



Sede da Prefeitura da Serra: explicações sobre salários

bém há abono-permanência e cumprimento de decisão transitada em julgado (em que não cabe mais recurso da prefeitura).

DESCONTOS

O secretário da Fazenda de Vitória, David Diniz, ressalta que o abate-teto é aplicado no momento do desconto sobre a remuneração

GUILHERME FERRARI - 16/03/2017

BENEFÍCIOS

“Todos os casos registrados de repetição dos salários acima do teto são resultantes de decisões judiciais”

PREFEITURA DE VILA VELHA, EM NOTA

e consegue resolver.”

Os descontos chegam a até R\$ 50 mil no contracheque. “E tem uma situação ou outra em que a pessoa aposentou-se e tem direito a receber três férias vencidas, então é indenizada, o que não conta no abate-teto”, complementa Diniz.

Segundo as prefeituras de Cariacica e Vila Velha, todas as remunerações que excedem o valor fixado pelo teto são decorrentes de decisões judiciais, aposentadorias ou referentes à pro-

ductividade dos servidores.

“Todos os valores acima do teto são resultantes de decisões judiciais. São auditores fiscais e profissionais efetivos com decisão judicial de incorporação de produtividade. Constam na lista nomes de alguns procuradores do município, que têm seus salários baseados no teto estabelecido pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo, referente ao cargo de desembargador”, justifica a prefeitura de Vila Velha.

Secretária de Gestão e Planejamento de Cariacica, Claudia Hackbart Teixeira ressalta que os únicos a receber salários maiores que o do prefeito são os procuradores. “O valor considerado foi o bruto, sem descontos. Ninguém recebe na Prefeitura de Cariacica um valor líquido maior que o salário do prefeito, só os procuradores que, por uma determinação judicial, têm a remuneração correspondente aos desembargadores do Estado.”

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Garoto mata padrasto a pauladas

Garoto de 16 anos desferiu pauladas em Cristian Correa, que teria agredido a mãe do menor, grávida de seis meses

Simony Giuberti

Ao ver que a mãe estava sendo espancada pelo padrasto, um adolescente, de 16 anos, interferiu na briga e acabou matando a pauladas o agressor, identificado pela polícia como Cristian Henrique Correa, de 35. O adolescente ligou para a polícia e se entregou.

O crime aconteceu na madrugada de ontem, na casa da família, na rua Paulo Silva, em José de Anchieta II, na Serra.

De acordo com investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), a mãe do adolescente, de 34, está grávida de seis meses. Ela informou para a polícia que era frequentemente agredida pelo marido, com quem estava casada há cerca de um ano. Ela declarou ainda que já havia registrado diversos boletins de ocorrência contra Cristian.

Testemunhas afirmaram que Cristian passou a noite de quarta-feira consumindo bebida alcoólica dentro de casa, enquanto assistia a um jogo de futebol na televisão.

Tudo parecia normal entre o casal, porém, quando os filhos da mulher, dois meninos de 3 e 5 anos, e uma menina de 9, foram dormir, as brigas começaram, por volta da 0h30.

O adolescente, que também mora com a mãe, estava no quarto dele com a namorada, de 15. Assim que



FOTOS: REPRODUÇÃO TV TRIBUNA



DONA DE CASA, grávida de 6 meses, contou que era agredida com frequência. Após lutar com agressor da mãe, filho pegou pedaço de madeira e o golpeou

ouviram o barulho da discussão, os dois foram ver o que estava acontecendo. As crianças também acordaram e viram a mãe ser agredida pelo padrasto. Cristian teria jogado a mulher contra a pia da cozinha, momento em que ela caiu no chão. Após se levantar, mais uma vez ela foi empurrada.

A mãe do adolescente foi jogada

contra a geladeira e mais uma vez caiu no chão. Ao ver a cena, o garoto interferiu, pegou a mãe no colo e a colocou no sofá da sala. O marido então, teria pego uma faca na cozinha e ameaçado matar todos que estavam na casa. O adolescente pulou a janela da casa e foi para a rua pedir ajuda.

Testemunhas afirmaram que

Cristian foi atrás dele. Por não conseguir encontrar ajuda, o garoto entrou no quintal da casa e foi seguido pelo padrasto. Ele foi agredido com uma garrafada e entrou em luta corporal com o agressor.

O adolescente pegou um pedaço de madeira e desferiu golpes na cabeça de Cristian, que morreu na hora. O garoto esperou a PM chegar e se entregou.

Ele foi levado até a 3ª Delegacia Regional da Serra. Segundo a Polícia Civil, o adolescente vai responder por homicídio e, neste caso, se o juiz entender que foi cometido impulsivamente por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço. O menor foi apresentado à Justiça.

Dona de casa tinha medida protetiva contra o marido

Muito assustada com tudo que aconteceu, a dona de casa, de 34 anos, grávida de seis meses, relatou que essa não foi a primeira vez que passou por uma sessão de agressões nas mãos do acusado.

Sem se identificar, ela contou que era tão frequente as agressões, que ela já tinha denunciado o marido e, apesar de ter a medida protetiva, que deveria impedir a aproximação do agressor, a dona de casa conta que isso não foi suficiente para afastar o marido violento.

“Os vizinhos são testemunhas de que ele me agredia direto, era sempre. Todo santo dia. Eu estava com a medida protetiva, mas mesmo assim ele não respeitou a decisão”, contou a grávida.

A dona de casa disse que não lamenta a morte do agressor, mas se preocupa com o destino do filho, detido por matar o padrasto. “O que me preocupa é o meu filho. Estragou a vida dele”, desabafou.



RESIDÊNCIA onde ocorreu o crime

Acusado de estuprar menina vai a julgamento

O advogado Alexandre Cezar Xavier Amaral, de 49 anos, teve a prisão preventiva decretada pela 4ª Vara Criminal da Serra e virou réu no processo em que é acusado de estuprar uma menina de 11 anos e vai a julgamento.

O advogado foi preso pela equipe da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), em 10 de julho deste ano, por conta de um mandado de prisão temporária. Entretanto, a Justiça converteu a prisão em preventiva, no último dia 31, em decisão do juiz Vanderlei Ramalho Marques.

Em sua decisão, o magistrado ressaltou que a prisão preventiva do acusado "é medida que se impõe como forma de garantir a ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, pois o crime em tese praticado pelo mesmo é de extrema gravidade".

Além de decretar a prisão preventiva de Alexandre, o juiz também acolheu a denúncia do Ministério Público. Dessa forma, o advogado vai a julgamento, porém a data ainda não foi definida pela Justiça.

O titular da DPCA, delegado Lorenzo Pazolini, comentou que, desde o início das investigações, já havia identificado a casa do advogado e, com a prisão dele, foi possível o reconhecimento do acusado pela vítima.

"A menina passou por exames que comprovaram o abuso e o laudo fundamentou o pedido de prisão preventiva. O trabalho de investigação está encerrado e, agora, a ação penal está tramitando", explicou Pazolini.

A reportagem tentou contato com a defesa de Alexandre, mas as ligações não foram atendidas.

CRIME

O crime aconteceu no dia 7 de janeiro deste ano, na casa do advogado, localizada na orla de Jacaraípe, na Serra.

Segundo Pazolini, a menina estava andando pelo calçadão, quando foi abordada pelo acusado que a levou para casa e a estuprou. Depois do estupro, ele ainda deu R\$ 50 à vítima e teria dito que, se ela tivesse gostado, poderia voltar naquele mesmo local. O suspeito negou o crime para a polícia.

DIVULGAÇÃO



ALEXANDRE CEZAR é advogado

Itapemirim tem 4 prefeitos em dois anos

Clima de incerteza tomou conta da cidade. Luciano Paiva já foi afastado cinco vezes, em dois mandatos, por suspeita de fraudes

Alessandro de Paula
ITAPEMIRIM

Um município com futuro incerto. Essa é a situação de Itapemirim, no Litoral Sul, cidade rica em arrecadação de royalties de petróleo, mas que há dois anos enfrenta um clima político de instabilidade com o entra e sai de prefeitos.

Luciano Paiva (Pros), que segue em seu segundo mandato, foi afastado pela quinta vez pela Justiça desde a gestão anterior por suspeitas de irregularidades. Atualmente, no comando da prefeitura está o médico Thiago Peçanha (PSDB), seu vice. Quatro prefeitos já assumiram nestes dois anos em função dos afastamentos.

Além de Luciano e Thiago, também administraram a cidade a vice na gestão anterior, Viviane Peçanha (PSDB), e o segundo lugar nas eleições de 2012, Estevão Machado (PMDB).

E agora a situação continua indefinida. O prefeito afastado pode ficar ainda mais tempo fora do comando. O prazo inicial estabelecido pela Justiça era de 90 dias, que seria no final do mês passado, mas

uma nova decisão mantém o prefeito eleito fora do gabinete por mais 30 dias.

Nas ruas, a população se preocupa. "Nós, comerciantes, e todo o município perdemos com essa instabilidade política", disse o vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Benedito Henrique de Araújo, o Bino, 67 anos.

Thiago Peçanha evita falar sobre o rompimento com o prefeito afastado. Afirma que "a relação entre os dois é de cordialidade e respeito". No entanto, substituiu 19 dos 24 secretários de Luciano. Também garante que o clima atual na cidade é de tranquilidade.

"Mesmo diante desse período de afastamento, temos conduzido o município com paz e tranquilidade. Eu sou um homem de paz e é isso que temos construído ao lado da população", afirmou o prefeito interino.

O tucano tem vários planos. Pretende criar o programa Leite da Criança, que vai doar um litro de leite enriquecido com vitamina D e ferro aos 7.800 alunos da rede pública e transformar as 3 mil cestas básicas em cartão de crédito para que as famílias comprem seus alimentos.

A advogada de Luciano Paiva, Larissa Melepe, desmentiu clima de cordialidade entre o prefeito eleito e o interino. "Desde que Dr. Luciano foi afastado, não teve qualquer contato com o vice. Os dois não se falam. Ele não tem responsabilidade alguma nas ações do gestor atual", destacou.

O QUE ELES DIZEM



Comércio às mínguas

Na avaliação do vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Itapemirim, Benedito Henrique de Araújo, o Bino, 67 anos, o comércio é um dos mais atingidos com essa mudança de prefeitos. O clima de indefinição prejudica as vendas e traz insegurança ao comerciante.

"Um prefeito entra e vem com o pessoal dele. Depois chega o outro e muda tudo. Isso é ruim para o comércio, que depende da prefeitura, que é a maior empregadora, seguida da Usina Paineiras", explicou.

Falta de definição

"Acho que a Justiça precisa definir logo quem fica, se é o Luciano ou Thiago, para que o prefeito possa trabalhar, pois todos perdem com isso", afirmou o mecânico José Carlos Ferreira, 53.

José Carlos ressaltou que não tem uma posição definida entre os dois políticos. Ele diz ter a impressão de que, apesar do pouco tempo à frente da prefeitura, Thiago demonstra "seguir na direção certa".



FACHADA DA PREFEITURA DE ITAPEMIRIM: com as mudanças de prefeito, há dúvidas sobre o futuro da cidade

THIAGO PEÇANHA (PSDB) PREFEITO INTERINO

"Não temos tempo para politicagem"

À frente do município de Itapemirim há pouco mais de três meses, o prefeito interino Thiago Peçanha (PSDB) recebeu a reportagem de A Tribuna em seu gabinete para falar de sua experiência, ações e metas como líder do Executivo.

Orientado por sua assessoria, Thiago evitou falar de questões mais polêmicas, principalmente relacionadas ao prefeito afastado Luciano Paiva (Pros), com quem afirma ter uma "relação de cordialidade e respeito".

Luciano, no entanto, tem deixado claro nas redes sociais uma certa mágoa com relação ao seu vice. Thiago, por outro lado, prega um clima de união e tranquilidade.

A TRIBUNA - Qual a situação do município atualmente?

THIAGO PEÇANHA - Mesmo diante desse período de afastamento, temos conduzido o município na paz, na tranquilidade.

Sou um homem de paz e é isso que temos construído ao lado da população. A principal missão que tenho desde que assumi é unir Itapemirim em torno de um projeto de desenvolvimento e distribuição de renda.

> Como está sua relação com a Câmara Municipal?

Graças a Deus, temos tido uma boa relação. Todos os projetos que o Executivo enviou foram votados por unanimidade pelos vereadores. Sempre ressaltou essa parceria bacana entre Legislativo e Executivo e o povo tem se alegrado com isso.

> Como está o clima entre o senhor e o prefeito afastado?

Luciano é médico. Eu também sou médico. Então, a gente procura



THIAGO diz que sua principal missão desde que assumiu é unir Itapemirim em torno de um projeto de desenvolvimento e distribuição de renda

manter um clima de respeito e cordialidade. A gente pode ter pensamentos diferentes. E isso é normal. Eu o respeito, assim como todas as lideranças políticas.

Precisamos construir um município mais forte, pois Itapemirim não tem mais tempo para ficar perdendo com politicagem.

> O senhor mudou ou boa parte do secretariado de Luciano. Qual o motivo das substituições?

O secretário precisa estar muito afinado com o prefeito e alguns projetos que nós temos. Acho isso (as substituições) natural. Como critério, temos buscado secretário com perfil técnico. Alguns dos que nomeamos eram funcionários das pastas.

> Tem analisado os contratos anteriores?

Todos são analisados. Fizemos uma comissão com o corpo técnico e jurídico, que avalia todos os contratos de obras. Os valores só são pagos mediante assinatura dessa comissão.

Quanto aos demais contratos, a Procuradoria-Geral se manifesta.

Só há pagamento mediante análise jurídica.

> Como tem administrado o município sabendo que pode sair a qualquer momento?

Administro com a naturalidade de quem quer o bem para o município. E nesse período em que a gente estiver, seja de dias, meses ou anos, precisamos trabalhar com empenho para a cidade progredir e continuar em desenvolvimento.

Para que se faça justiça social, distribuição de renda e para que os recursos dos royalties cheguem de fato à população.

O OUTRO LADO

Prefeito afastado diz confiar na Justiça

O prefeito afastado de Itapemirim, Luciano Paiva (Pros), afirmou que não pretende comentar a situação política e administrativa do município.

Ele destacou que acredita no Poder Judiciário e que espera retornar brevemente ao comando da cidade, já que, na sua visão, não existem fatos concretos que sustentem o seu afastamento da Prefeitura de Itapemirim por mais tempo.

Ex-prefeito condenado por improbidade

Ex-prefeito de Barra de São Francisco, Edson Pereira foi condenado por improbidade administrativa pelo juiz Thiago Balbi por construção irregular de unidades de saúde em terrenos de particulares, sem prévia transferência de domínio e amparo legal.

Segundo a sentença, Edson perderá os direitos políticos por oito anos e terá de pagar multa de R\$ 153 mil. A defesa do ex-prefeito não foi localizada.



ÁREA entre as rodovias do Sol e Darcy Santos onde está prevista a construção de condomínio com capacidade para receber 25 mil novos moradores

MINISTÉRIO PÚBLICO

Decisão ameça novo bairro em Vila Velha

Segundo ação civil, é preciso construir um parque na reserva de Jacarenema antes do Mirante da Barra, que teria 9 mil residências

Caio Miranda

O Mirante da Barra — empreendimento planejado pelo Fundo Imobiliário Opportunity, que se tornaria um novo bairro de 615 mil metros quadrados na região entre as rodovias do Sol e Darcy Santos, em Vila Velha — corre risco de não sair do papel. Segundo o secretário de Desen-

volvimento Sustentável do município, Idalécio Carone, as dificuldades impostas pela Justiça estão desanimando os investidores cariocas.

De acordo com Idalécio, seriam investidos, no total, R\$ 4 bilhões para a construção de 9 mil unidades residenciais de alto padrão, que receberiam 25 mil novos moradores.

O impasse acontece porque decisão judicial recente condicionou a licença para o empreendimento à criação de um parque municipal na reserva de Jacarenema, além de outros investimentos públicos.

“Segundo informações de advogados ligados à empresa, eles querem suspender os investimentos, diante das dificuldades. Vila Velha

pode perder um investimento fantástico. Além disso, outras empresas vão pensar duas vezes antes de investir em Vila Velha se a Opportunity desistir”, afirmou.

Idalécio ainda ressaltou que a cidade ganharia muito com o empreendimento. “É uma área para 25 mil moradores. Seria um bairro moderno, todo nobre. Com as obras já iniciadas, teríamos mais empregos e movimentaria todo o comércio da cidade, que está parado”, disse Idalécio.

O procurador-geral da Prefeitura de Vila Velha, Ribamar Bezerra, afirmou que a sentença judicial se deu após uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual (MP-ES).

“O projeto estava em tramitação

no município. Aí, veio a sentença contra a cidade, convidando a prefeitura a implantar o Parque Municipal de Jacarenema. Em um item da sentença, a Justiça entendeu que, por precaução, só deveriam ser liberadas construções a partir do momento que fosse implantado o parque”.

O procurador-geral afirmou que a administração do município tem interesse em implantar o parque, mas que isso não seria possível no momento. “Enquanto a obra estiver parada, estamos direta e indiretamente adiando 2 mil vagas de empregos que seriam criadas”.

Procurado, o Fundo Imobiliário Opportunity não retornou à reportagem até o fechamento desta edição.

ENTENDA

Área está em zona de amortecimento

Sentença

- DE ACORDO com o procurador-geral da Prefeitura de Vila Velha, Ribamar Bezerra, o terreno onde será construído o Mirante da Barra faz parte da chamada zona de amortecimento, um espaço entre a área urbana e a reserva de Jacarenema.
- A JUSTIÇA decidiu, recentemente, que a prefeitura só poderia liberar o início das obras depois da implementação do Parque Municipal de Jacarenema.
- PARA ISSO, a prefeitura deveria construir uma entrada para o parque, além de implementar sistemas de vigilância, manutenção e estudos de impacto ambiental do parque.
- DECISÃO atendeu à ação civil movida pelo Ministério Público Estadual.

- O PROCURADOR-GERAL disse que a prefeitura tem interesse na criação do parque antes mesmo da sentença, mas que a implementação não poderia ser feita no momento.

Mirante da Barra

- O CONDOMÍNIO seria construído em uma área de 615 mil m², entre as rodovias do Sol e Darcy Santos.

- 9 MIL unidades residenciais estão previstas, com capacidade de receber 25 mil novos moradores, além de pontos comerciais e áreas de lazer.
- O SECRETÁRIO de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha, Idalécio Carone, disse que investimentos do empreendimento são de R\$ 4 bilhões.

Fonte: Entrevistados citados.



ÁREA DO empreendimento em Vila Velha, que tem investimento total de R\$ 4 bilhões e ocupa 615 mil m²

Reunião com Ministério Público para buscar solução

Segundo o procurador-geral da Prefeitura de Vila Velha, Ribamar Bezerra, a administração está se movimentando para contornar a situação do bairro Mirante da Barra e liberar o início das obras da Opportunity.

O procurador-geral afirmou que vai até o Ministério Público Estadual na segunda-feira para conversar com os promotores Gustavo Sena e Nícia Sampaio, já que o órgão é o autor da ação civil pública que embarga a obra.

“Vamos conversar e tentar um Termo de Ajuste de Conduta, para resolvermos a situação. Podemos oferecer compensações”, disse.



lgoncalves@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Letícia Gonçalves (interina)



O STF negou habeas corpus ao conselheiro afastado do Tribunal de Contas Valci Ferreira. O acórdão da Primeira Turma foi publicado na última quinta-feira. Longe do cargo desde 2007, ele tentava a recondução às funções

Mudança nas cadeiras

“Oxigenação” é a palavra da vez para descrever as vantagens da instituição de um mandato de dez anos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como aprovado pela Comissão da Reforma Política da Câmara dos Deputados. E esse é, realmente, um ponto positivo. Mas há mais em jogo. O texto prevê, ainda, o mesmo “prazo de validade” a membros de Tribunais de Contas, a um terço dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a um quinto dos desembargadores de Tribunais de Justiça dos Estados e Tribunais Regionais Federais.

Ficariam sob a nova regra os membros dessas Cortes que são de indicação do chefe do Executivo a partir de listas integradas por advogados ou membros do Ministério Público.

No Tribunal de Justiça do Espírito Santo, por exemplo, dos 30 desembargadores, seis são do chamado quinto constitucional – três oriundos da advocacia e três do órgão ministerial. Quem bate o martelo sobre os nomes é o governador do Estado. Os demais são promovidos por merecimento ou antiguidade pelos próprios integrantes do Pleno – e, pelo que está posto na proposta da Câmara, estes continuariam com cadeira cativa.

Hoje, os membros dos tribunais somente deixam os cargos, obrigatoriamente, ao completarem 75 anos. Assim, a depender da idade do nomeado, ele pode permanecer na cadeira por muito tempo. O decano Celso de Mello já conta 28 anos com a toga do Supremo. O ministro Alexandre de Moraes, o mais recente integrante da Corte, pelas mãos do presidente Michel Temer, tem cerca de 27 anos pela frente. O mandato de dez anos, se aprovado pelo Congresso, somente

vai valer para quem conquistar a vaga após a promulgação da medida.

“A parte positiva do mandato é dar previsibilidade, não ter vagas que abrem aleatoriamente a depender da idade do ministro ou se ele decidir se aposentar antecipadamente. E também não permitir que um presidente indique vários ministros ou nenhum, a depender da sorte”, avalia o professor da FGV Direito Thomaz Pereira, que tampouco acredita que a simples imposição dos dez anos seria a solução mágica para dar fim à sombra da influência política sobre as indicações. Um presidente da República reeleito ficaria no cargo por oito anos, praticamente todo o tempo de permanência do ministro escolhido. Pereira imagina que 12 ou 15 anos seriam mais adequados.

Estender a restrição aos demais tribunais, mantendo parte dos desembargadores com mandato e outros com saída compulsória aos 75 anos já são outros quinhentos. Seriam uns “mais desembargadores” que outros? “O mandato é salutar, a Ordem sempre defendeu isso, não necessariamente os dez anos. Mas nos tribunais teria que ser para todos os membros”, pontua o presidente da OAB-ES, Homero Mafra.

Um mandato estabelecido também viria ao encontro de uma velha bandeira contra a perpetuação dos conselheiros de tribunais de contas nos car-

gos. Oriundos de indicação política, muitos contribuíram para o apelido de “tribunal de faz de conta”, lembrado vez ou outra. “Seria interessante o mandato para conselheiros porque hoje há muita concentração de poder. Se a pessoa tiver um perfil corrompido tem que ser suportada até completar 75 anos. Oxigenar é melhor do que tolerar. O modelo atual já se mostrou falido”, sustenta o presidente da Associação dos Auditores de Controle Externo do Estado (Ascontrol), Rafael Lamas.

Outras entidades, essas ligadas à magistratura e ao Ministério Público, acenaram positivamente à proposta da Comissão. É claro que, com a renovação mais constante de membros, mais vagas vão surgir para quem sonha com uma toga ou com uma posição na cúpula do Judiciário.

Outro cenário a ser considerado, no entanto, surgiria com os vários ex-ministros e ex-desembargadores na praça após o fim dos mandatos. Relator da reforma política, o deputado Vicente Cândido deu a dica: “Tem um monte de gente querendo ser ex-ministro pra cuidar da família, trabalhar no mercado e ganhar dinheiro”.

—
“É difícil justificar que um ministro do STF fique seis anos no cargo, como o Eros Grau, e outro 32 anos, como pode chegar o Celso de Mello”

—
THOMAZ PEREIRA
Professor da FGV



Auxílio-alimentação é sancionado e deve cair na conta no final do mês

Projeto de lei foi sancionado pelo governador Paulo Hartung. Cerca de 47 mil servidores passarão a receber benefício, que também aumentou para R\$ 220

O governador Paulo Hartung (PMDB) sancionou na manhã desta segunda-feira (14) a extensão do auxílio-alimentação a um número maior de servidores públicos. O projeto, aprovado na semana passada pela Assembleia, irá gerar um gasto de R\$ 143 milhões por ano, valor praticamente equivalente ao superávit (dinheiro que o governo consegue economizar, ou seja, aquilo que ele arrecada a mais do que gasta) registrado em 2016, de R\$ 137 milhões).

De acordo com o secretário de Planejamento, Régis Mattos, o benefício começará a ser pago a partir de agosto, ou seja, cairá na conta dos servidores no final do mês. Em entrevista à CBN Vitória, na última quinta (14), ele alegou ainda que o auxílio-alimentação não foi “uma obrigação judicial”, por conta de uma ação que o Sindicato dos Servidores do Estado move desde 2014, para que todos os funcionários do Executivo Estadual pudessem receber o auxílio de R\$ 220.

“No passado todos servidores recebiam o auxílio-alimentação e outros benefícios, que ficaram conhecidos como penduricalhos e aumentavam o salário, na prática. Em determinado momento, parte dos servidores (cerca de 47 mil) passaram a receber uma parcela única que incorporou o benefício. Há de fato um questionamento na Justiça, mas não há decisão judicial que obrigue o Estado a pagar o auxílio”, explicou.

Neste ano, o gasto totalizará R\$ 66 milhões (cinco meses mais o 13º salário). Mas, no decorrer de 12 meses, a despesa chega a R\$ 143 milhões. Esse número representa ao menos 19% do crescimento do orçamento previsto para 2018. Segundo Mattos, no próximo ano o Governo irá gastar R\$ 16,1 bilhões, frente a R\$ 15,44 bilhões que foram orçados para 2017. O valor, que chega a R\$ 731 milhões a mais, havia sido previsto em maio, quando o Governo do Estado elaborou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e deve ser mantido no projeto de Orçamento Anual, que será enviado no final de setembro para o Legislativo.

O que não está claro é de qual fonte de recursos virá o dinheiro que será usado para pagar o benefício, de R\$ 220 mensais, aos mais de 53 mil servidores. A reportagem questionou o governo, mas essa questão não foi respondida.

Retroativo

O valor do auxílio-alimentação foi reajustado de R\$ 176 para R\$ 220. Antes apenas quem recebia salários pela modalidade de vencimentos – 6 mil servidores estaduais – contavam com o benefício. Agora, outros 47 mil – que recebem por subsídio – também terão.

Para além dos gastos já postos com o benefício, outro fator pode comprometer, e de maneira ainda mais significativa, os cofres públicos. O Sindicato dos Servidores do Estado, o Sindipúblicos, pede na Justiça o pagamento de retroativos. O impacto que isso poderá causar no orçamento não foi respondido pelo governo do Estado.

Bebê capixaba consegue na Justiça o tratamento para doença rara

Raphael, de 3 anos, tem Síndrome de Hunter e precisa de medicamento de R\$ 400 mil. Sua mãe lutou na Justiça para conseguir o tratamento

Depois de uma luta de quatro meses na Justiça, a mãe do pequeno Raphael Leandro Batista dos Santos, de 3 anos e 8 meses, conseguiu que o Estado pague o medicamento que vai salvar a vida de seu filho.

A assistente social Alessandra Batista dos Santos, que mora em Conceição da Barra, no Norte do Estado, entrou com uma ação no Ministério Público do Espírito Santo (MPES) para que o SUS banque a medicação usada no tratamento da mucopolissacaridose do tipo II, também conhecida como Síndrome de Hunter, que Raphael tem.

O remédio, chamado Elapraxe, custa R\$ 400 mil e é importado dos Estados Unidos. Por não fazer parte da lista fornecida pelo SUS, foi preciso lutar na Justiça para consegui-lo.

Muito rara e grave, a doença é genética e interfere na capacidade do organismo em metabolizar determinadas substâncias. Por conta disso, pode causar dificuldade respiratória, doenças cardíacas, aumento do fígado e do baço e alterações nos ossos, entre outros problemas.

“O tratamento é tão minucioso que uma equipe de São Paulo vem ao Espírito Santo para treinar a equipe do hospital onde o Raphael vai fazer o tratamento, em São Mateus, para que possam aplicar o remédio”, explicou a assistente social.

A previsão é que o tratamento comece em breve e será realizado por toda a vida do Raphael para barrar os problemas causados pela síndrome. “É uma doença progressiva, então o tratamento não pode parar”, ressaltou Alessandra.

Ela contou que o filho já sabe de tudo. “Nós preparamos o Raphael para o tratamento. Não escondemos nada dele. Ele sabe que tem a doença e que será preciso tratar para ficar melhor. Por enquanto, ele só tem um breve atraso mental, então entende o que falamos. Por isso o tratamento é importante, para evitar que a síndrome progrida”, ressaltou.

Segundo o MPES, a liminar requerida para o fornecimento da medicação foi aprovada em abril. Porém, até julho o Estado e o município de Conceição da Barra não haviam cumprido a decisão.

“Por isso, o Ministério Público protocolou dois pedidos de aumento da multa para que a decisão fosse cumprida. Após a Justiça aumentar o valor, que chegou a R\$ 20 mil/dia, com limitação máxima de R\$ 800 mil, a medicação passou a ser fornecida”, informou o Ministério Público em seu site.

A história de Raphael foi contada em uma reportagem do Gazeta Online em junho.

CONSULTA PÚBLICA

Para o medicamento Elapraxe passar a fazer parte da lista de remédios fornecidos pelo SUS está sendo feita uma consulta pública pela internet. Alessandra pede a ajuda de todos para entrarem no link e votarem, pois vai ajudar no tratamento de muitas pessoas que têm a doença.

No entanto, ela explicou que o remédio só seria liberado para quem ainda não teve a parte neurológica afetada. “Espero que o governo federal mude de posicionamento e perceba que o tratamento vai ajudar também quem teve essa parte afetada, afinal evita os outros problemas que a doença causa e a pessoa tem mais qualidade de vida. Além disso, a Constituição Brasileira determina que todos somos iguais, en-

tão não devia haver critérios para o tratamento. A vida não tem preço”, disse a assistente social.

EVENTO

Nos dias 22 e 23 de setembro, haverá um evento em Conceição da Barra chamado “Todos Pelos Raros”, para alertar a população sobre a mucopolissacaridose, com palestras e debates com especialistas.

Alessandra é a idealizadora e organizadora do evento, que conta com o apoio da Associação Pestalozzi, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.

“O dia 21 de setembro é o dia nacional da luta de pessoas com deficiência, nossa intenção é alertar a sociedade, pois a mucopolissacaridose é uma doença muito grave e de difícil diagnóstico. Queremos ajudar outras famílias que estão nessa situação difícil”, afirmou a mãe de Raphael.